

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXIV | Nº 1402 | 19/03 a 08/04/2018

Fantasma da privatização ronda as refinarias e terminais

Especulações da imprensa, conduta do mercado e ações do governo e direção da empresa indicam que o fantasma da privatização circula as refinarias, dutos e terminais do Sistema Petrobrás

A dupla macabra Temer e Parente preparam mais um golpe contra o país e a bola da vez são as refinarias. O bote, conforme adiantado pela imprensa mercadológica, será a venda em bloco, junto com terminais e dutos da Transpetro.

As sorrateiras decisões de Temer e Parente de baixar a carga de produção das refinarias, acompanhar o preço internacional dos combustíveis e importar grande parte dos derivados consumidos no país, tudo para privilegiar o mercado estrangeiro, sinalizaram que o objetivo disso tudo era de fato a privatização.

Para o presidente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, Mário Dal Zot, o Brasil tem muito a perder com a privatização da cadeia do refino. “A nação está próxima de perder o controle sobre o refino de petróleo e transporte de derivados, atividades fundamentais que se forem colocadas nas mãos do mercado privado comprometerão o abastecimento do país”, alertou.

Além da Petrobrás perder o protagonismo em um dos segmentos mais estratégicos da indústria petrolífera, a desnacionalização tornará o Brasil cada vez mais dependente das importações de derivados. Segundo dados da ANP, até novembro, o país já havia importado 207 milhões de barris de derivados em 2017, o maior volume já registrado pela agência. A importação de óleo diesel, o principal combustível comercializado, cresceu 64% em relação ao ano anterior.

O negócio é tão lucrativo que já atraiu para o Brasil mais de 200 empresas importadoras de combustíveis. A ANP estima que o mercado nacional crescerá mais 20% nos próximos dez anos.

O cenário é pra lá de sombrio, mas não é a primeira vez que o fantasma da privatização ronda a Petrobrás. Aliás, desde a sua criação, a estatal petrolífera brasileira é alvo da cobiça internacional. “A empresa já superou o suicídio de Getúlio Vargas, seu criador, e todas as ofensivas do neoliberalismo referendado pelas urnas na década de 90. Os ilegítimos Temer e Parente têm a audácia de tentar fazer o serviço sujo que a classe trabalhadora impediu ao longo dos tempos. Vamos resistir, mobilizar e incomodar demais para mostrar ao mercado que jamais terão vida fácil se tentarem comprar a Petrobrás”, afirmou Dal Zot.

O Sindicato convoca todos os petroleiros a defenderem a Petrobrás enquanto empresa estatal e patrimônio do povo brasileiro. “Sempre nos coube esse papel. Agora não será diferente”, conclui Mário.



► Jurídico

A batalha jurídica do equacionamento do Plano Petros-1

Sindicato continua lutando nos tribunais para barrar o equacionamento abusivo imposto pela Petros

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina segue travando uma batalha jurídica para barrar a cobrança abusiva do equacionamento do Plano Petros-1 pela Petros pelo valor máximo do déficit calculado (R\$ 29 bilhões).

No último dia 15, o juízo da 12ª Vara Cível de São Paulo recuou de decisão proferida anteriormente e determinou que a Ação Civil Pública (ACP), movida pelo Sindipetro PR e SC, continuasse sua tramitação em Vara Cível de Curitiba.

A decisão não analisou o mérito do requerimento, apenas alterou a posição inicial que admitia o processamento junto com a ação movida pelo Sindipetro Unificado de São Paulo, que obteve liminar favorável à suspensão do equacionamento. Anteriormente, o Ministério Público de São Paulo havia emitido parecer favorável à extensão da liminar para os associados do Sindipetro PR e SC.

Diante dessa tramitação, o Sindipetro moveu duas novas Ações Cíveis Públicas, uma para cada estado representado. Na ação do Paraná, a juíza Tathiana Yumi Arai Junkes, da 16ª Vara da Civil, em despacho no dia 28/03, não concedeu a liminar suspendendo o equacionamento, embora tivesse em mãos um parecer favorável ao pedido do Sindicato elaborado pelo Ministério Público.

A assessoria jurídica do Sindicato ingressou imediatamente com Recurso no Tribunal de Justiça do Paraná. O TJ-PR deve apreciar em breve o pedido do Sindipetro PR e SC. Ainda que não haja um prazo, a expectativa é que decisão ocorra a tempo de evitar novos descontos em folha.

Já em Santa Catarina, a ACP do Sindipetro segue em tramitação na 2ª Vara Cível de Florianópolis e a perspectiva também é de um despacho em curto espaço de tempo.

O Sindicato acompanha atentamente a batalha jurídica travada em outros estados. Há unidades da federação com liminares,



outros com decisões pela rejeição e casos ainda não analisados. O injustificável descompasso na atuação do judiciário, em razão da demora e da falta de uma jurisprudência uniforme em todos os tribunais, deve ser superado em breve, com decisões de tribunais superiores que sejam aplicáveis igualmente para todos os assistidos e participantes.

Equacionamento

A Petros começou a efetuar, em março, o desconto da contribuição extraordinária dos participantes e assistidos do Plano Petros 1 para equacionar o déficit do plano, conforme estabelece as regras da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Para equilibrar o plano, Petros e Petrobras decidiram implantar o equacionamento pelo valor máximo (R\$ 29 bilhões) e desconsideraram a cisão do plano entre repactuados e não-repactuados, os problemas estruturais e até mesmo o recadastramento dos participantes e assistidos, cujo resultado pode alterar significativamente o valor de componentes do déficit.



FÁBRICA DE INSEGURANÇA

Situação da Repar é de acidentes em série desde a implantação do O&M (redução de efetivo). Trabalhadores vivem em condições de risco constante.

Rara é a semana na qual não são registradas ocorrências de segurança na Repar desde que o fatídico O&M (Organização & Método) foi implantado, em meados de julho do ano passado. A partir de então, os acidentes e incidentes dentro da Refinaria são constantes e ameaçadores.

A irresponsável redução de efetivo realizada desde então, com a extinção de postos de trabalhos fundamentais, aliada as outras medidas esdrúxulas da gestão de Pedro Parente frente à Petrobrás, tais como diminuição avassaladora de investimentos em manutenção básica dos equipamentos e a não reposição de trabalhadores experientes que saíram pelos Planos de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDVs), transformou as refinarias em verdadeiras fábricas de acidentes.

Uma gestão competente e comprometida com a segurança atuaria no sentido de prevenção das ocorrências e solução dos problemas apontados pelos trabalhadores há muito tempo. No entanto, a realidade dos gestores locais da Repar é muito diferente. Além de compactuarem com a precarização do trabalho e desmanche da empresa, procuram aterrorizar os trabalhadores com ameaças de advertências e aplicação rigorosa do absurdo sistema de consequências. Tanto que viraram motivo de piada no chão de fábrica, onde se comenta ironicamente que o aumento das auditorias sobre os botões das camisas e os uniformes por dentro das calças seriam “eficientes” para resolver os problemas de segurança nas áreas.

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina constantemente alerta e cobra a gestão sobre os problemas, conversa com os trabalhadores e encaminha denúncias aos órgãos públicos competentes. Além de repudiar, o Sindicato também tem clareza de que a gestão aposta no risco assumido e tem a sorte como fator de segurança.

A tragédia está premeditada, na iminência de ocorrer. Os culpados serão responsabilizados. Alguns dos eventos ocorridos, resumidamente relatados ao lado, comprovam as afirmações do Sindipetro.

ACIDENTES EM SÉRIE

01/08/2017 – Vazamento de hidrogênio no setor HRC (P-2231105).

04/08/2017 - Emergência na HRC devido manobra de troca de bombas em VTI do forno reformador da U-22311, causou distúrbios em toda refinaria. U-22311, U-2313, U-2315, U-2316 foram paradas. U-2313 danificou selo do compressor e ficou uma semana em manutenção. U-2600, U-2630, U-2212 e U-2100 sofreram distúrbios.

12/11/2017 - Acidente de trabalho com afastamento na pastilhadora de enxofre da TE.

04/12/2017 – Vazamentos de Gás Hidrogênio (H₂), seguido de incêndio, no setor de HRC.

27/12/2017 – Queda de peça de contrapeso de 4 toneladas da Unidade de Craqueamento Catalítico Fluidizado (U-2200), no setor de DCCF.

24/01/2018 – Sexto acidente em apenas 20 dias de parada de manutenção. Um guindaste que atuava nas áreas auxiliares da unidade do Coque não suportou o peso do feixe de permutador e cedeu.

24/02/2018 - Vazamento de Gás Hidrogênio (H₂), em grande quantidade, e Ácido Sulfídrico (H₂S), em menores proporções, no compressor da U-2313, no setor de HRC.

03/03/2018 – Temporal registrado em Araucária causou vários estragos na Repar, como alagamento da U-2100, parada da U-2500, vários distúrbios na UTDI e apagamento da tocha 6401.

05/03/2018 – Vazamento de gás natural devido a um *tubbing* que se soltou, com 24kgf/cm², na U-22311, UGH2 da HRC.

22/03/2018 – Vazamento de GLP devido rompimento em linha do V-2202, na U-2200/DCCF.

► Ação dos Níveis

Gerente Geral da Repar foi citado para implantar em folha o aumento por mérito

No dia 27 de março, um oficial de Justiça da 1ª Vara do Trabalho de Araucária fez a citação pessoal do Gerente Geral REPAR, Rodrigo Abramof, determinando que implante em folha de pagamento as diferenças da ação coletiva dos níveis (aumento por mérito).

O prazo fixado pela Justiça do Trabalho é de 30 dias, a contar do dia 27, sob pena de multa.

A implantação em folha beneficia os empregados da ativa da Repar, admitidos antes de 01/09/1996.

A citação pessoal do Gerente Geral é consequência da decisão final no processo no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que consolidou a vitória dos trabalhadores do Paraná e Santa Catarina.

Após a implantação em folha o processo deve seguir para o contador do juízo para elaboração de cálculos das diferenças em atraso dos ativos e aposentados contemplados no processo.

► Petros

Repactuados e não repactuados já estão em planos separados

Desde o dia 02 de abril, o Plano Petros do Sistema Petrobrás, mais conhecido como PP-1, já está dividido em dois planos: o PPSP-R, que reúne os participantes e assistidos que repactuaram e o PPSP-NR, voltado para os não repactuados.

A cisão do PP-1 foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 15 de fevereiro de 2018, por meio da Portaria 139, publicada no Diário Oficial da União no dia 19 de fevereiro de 2018, e está sendo, finalmente, implementada pela Petros, após anos de reivindicações da FUP, que sempre defendeu a divisão das massas do Plano Petros-1, por não considerar justo, nem ético que 75% dos participantes e assistidos que repactuaram e impediram a insolvência do plano sejam penalizados pelas ações dos que não repactuaram.

A cisão já havia sido aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros em 2013 e, desde então, aguardava definição da Previc. Após as adequações para atender a determinações do órgão fiscalizador, a divisão foi realizada levando em conta as duas submassas do plano, garantindo regras claras e maior segurança jurídica para todos os participantes e assistidos.

Rever o equacionamento

A cisão do PP-1 é um fato relevante que, de acordo com a atual legislação, justifica o adiamento do abusivo plano de equacionamento que as gestões da Petros e da Petrobrás estão impondo aos participantes e assistidos. Na Ação Civil Pública que a FUP move desde setembro do ano passado para suspender o equacionamento do PP-1, um dos principais pontos questionados é justamente o fato da Petros não ter levado em consideração as submassas de repactuados e não repactuados.

Fonte: FUP

Prazo da Campanha de Sindicalização na Transpetro está próximo do final

A Campanha de Sindicalização ao Sindipetro Paraná e Santa Catarina especificamente voltada aos trabalhadores e trabalhadoras da Transpetro entra na sua reta final. Faltam poucos dias para o encerramento, mas ainda dá tempo de se filiar e fortalecer as lutas coletivas da categoria.



Os desafios que a categoria tem pela frente são imensos, principalmente o enfrentamento contra o desmonte e privatização do Sistema Petrobrás. Para viabilizar essa atuação, o Sindicato conta com o engajamento e a contribuição financeira de seus filiados(as). Atualmente, pouco mais da metade dos trabalhadores(as) da Transpetro da base são associados(as) ao Sindicato; porém, é fundamental ampliarmos o quadro de filiados para continuarmos as lutas em defesa da categoria.

A Campanha de Sindicalização na Transpetro oferece uma camiseta pólo fio 30 e 100% algodão aos que aderirem. Os sindicalizados que indicarem uma sindicalização também ganham a camisa mais a isenção de uma mensalidade. É oportunidade para se somar à categoria e fortalecer nosso time de luta!

Espaço da Charge

